

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,  
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do  
Sector Rodoviário e Ferroviário**

78.<sup>a</sup> Reunião  
(2 de julho de 2013)

---

**SUMÁRIO**

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 10 horas e 29 minutos.

Após o Sr. Deputado Relator, Sérgio Azevedo (PSD), ter apresentado o projeto de relatório final da Comissão, foi debatida a metodologia e a calendarização dos trabalhos a seguir, tendo-se pronunciado, além do Sr. Presidente e do Sr. Deputado Relator, os Srs. Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Nuno Encarnação (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), Fernando Serrasqueiro (PS), Pedro Filipe Soares (BE) e Bruno Dias (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 10 horas e 29 minutos.*

Srs. Deputados, como sabem, a nossa reunião ocupar-se-á exclusivamente da apreciação e aprovação do relatório final da Comissão de Inquérito. Pedia ao Sr. Deputado Sérgio Azevedo, como relator, que ocupasse um lugar na mesa para facilitar o decurso dos nossos trabalhos.

Nesta reunião, vamos ter de nos ocupar, desde logo, com a definição da metodologia a seguir.

Há uma proposta de relatório, à qual foram aditadas, pelo Sr. Deputado Relator, algumas pequenas alterações e, para além disso, foram recebidas propostas de alteração por parte do CDS-PP, do PSD e do Bloco de Esquerda.

Caso o Sr. Deputado Sérgio Azevedo pretenda fazer alguma intervenção inicial para apresentar o relatório, dar-lhe-ei a palavra. Em seguida, passaremos à discussão da metodologia a seguir na apreciação do relatório. Creio ser o método mais expedito e o mais curial para darmos início aos nossos trabalhos.

Portanto, assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Azevedo para fazer as considerações que entender acerca da sua proposta de relatório.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros da comunicação social, os meus cumprimentos.

Gostaria de fazer umas breves considerações sobre a metodologia que adotei para a elaboração do relatório e explicar um pouco algumas

alterações que produzi e que enviei ontem para os Srs. Deputados da Comissão.

Em relação à metodologia, os elementos de análise utilizados para a elaboração do relatório foram os seguintes: as audições realizadas em sede de Comissão; a resposta aos questionários indicativos; a análise contratual das concessões em análise; as atas das comissões de renegociação; os relatórios do Tribunal de Contas disponíveis; os relatórios e as informações dos reguladores; os relatórios das consultoras; a legislação em vigor; e, naturalmente, alguma bibliografia existente sobre a matéria.

Entendi dividir o relatório em duas partes: uma primeira parte mais formativa e informativa, que se baseia na definição de alguns conceitos através do recurso a legislação, bibliografia e a algumas audições realizadas, especialmente, na primeira fase; e uma segunda parte de carácter mais factual — como, aliás, consistia o mandato que me tinha sido conferido pela Comissão — da análise contratual com recurso a todos os elementos já enunciados.

No que respeita à divisão dos contratos, dividi as parcerias público-privadas de uma forma diferente da analisada na Comissão ou, melhor, de uma forma diferente da sequência pela qual foi analisada em sede de Comissão. Desta forma, agrupei as parcerias ferroviárias, nas parcerias público-privadas rodoviárias dividi em concessões tradicionais de portagem real, que correspondem a cinco contratos; depois, fiz um capítulo sobre as concessões sem cobrança de portagens para o utilizador (SCUT) e com cobrança de portagens para o utilizador (ex-SCUT); e, por último, as subconcessões e o Túnel do Marão, com, naturalmente, as consequentes conclusões e recomendações.

Julgo que o relatório preliminar que apresentei à Comissão no dia em que me tinha comprometido, dia 17 de junho, foi amplamente escrutinado

nestes 15 dias que se seguiram, quer pela opinião pública, quer pelos especialistas na matéria, quer pela comunicação social e, naturalmente, igualmente importante, pelos Srs. Deputados que, ao longo destes 15 dias, o analisaram e até tiveram oportunidade de o comentar publicamente.

Em todo o caso, julgo importante referir o seguinte: reitero que é um relatório dos factos que foram analisados ao longo do tempo de funcionamento desta Comissão. Todas as 180 conclusões são retiradas do corpo do relatório. Não existem conclusões de carácter subjetivo, de informação pessoal ou, até mesmo, de considerações pessoais que possa ter sobre o assunto.

Julgo que os partidos, se me permitem, não devem ceder a este princípio — o princípio da factualidade. O relatório é factual e igualmente imparcial, ao contrário do que se pretendeu transmitir, e a prova desta imparcialidade foi eu ter considerado a Lusoponte, que é uma parceria público-privada de exclusiva responsabilidade do Partido Social Democrata, o partido que represento, como uma das piores parcerias público-privadas realizadas no nosso País.

Como resumo, julgo, em todo o caso, considerar dois aspetos que devem ser evidenciados e que se resumem, na minha perspetiva, a um excessivo recurso a este instrumento de contratação.

Desde logo, a decisão política sobreposta à viabilidade económico-financeira dos projetos e à utilidade da satisfação pública destes projetos tornou o modelo PPP — que considero, pessoalmente, um modelo com algumas virtualidades — numa galeria de horrores para o público e para os cidadãos. Os encargos a suportar são extremamente elevados, especialmente se tivermos em conta o período difícil que hoje atravessamos no nosso País.

Em relação às propostas de alteração até agora apresentadas em sede de Comissão, pelos partidos políticos, gostava de dizer que, embora não tenha feito uma leitura absolutamente concreta e ponderada das mesmas, quer as propostas do Partido Social Democrata, quer as propostas do CDS-PP quer, até mesmo, as propostas do Bloco de Esquerda, parecem-me propostas factuais e que, em certa medida, poderão enriquecer este relatório com ainda mais factos, esclarecendo ainda mais algumas situações. Repito que é uma leitura transversal, que fiz hoje de manhã, mas, em todo o caso, parecem-me propostas que vão no sentido da factualidade.

Relativamente às alterações que produzi, em benefício do rigor dos factos, julgo ser importante destacar o seguinte: na forma como estavam escritas inicialmente as conclusões 133 e 134, especificamente, indiciavam que não teria existido a elaboração de um comparador público, ou de um custo público comparável, para as concessões em análise, neste caso, as subconcessões, e isso não é inteiramente rigoroso. Como tal, introduzi a alteração de que o custo público foi, efetivamente, realizado, embora tenha sido realizado numa fase posterior ao arranque da obra, quando aquilo que aprendemos, ou, pelo menos, que eu aprendi, ao longo deste ano de Comissão é que esse custo público comparável deve ser realizado numa fase anterior ao lançamento da obra. Em todo o caso, a bem do rigor, julgo que era uma alteração que se impunha.

Depois, há uma alteração na conclusão 65, que diz respeito a um erro de datilografia: constava 6 mil milhões de euros, mas são só 661 milhões de euros. Portanto, foi eliminado um número 6, que estava a mais.

Reescrevi a conclusão 164, que estava escrita de forma incompleta e até pouco perceptível. Isto é, a conclusão tem agora exatamente o mesmo sentido. Foi, pois, reescrita, mas desta vez com sentido.

Srs. Deputados, a par das considerações públicas que já tiveram oportunidade de fazer acerca deste relatório, gostava que fizessem essas considerações em sede de Comissão e que, dentro do princípio que era pedido aos partidos políticos e daquilo que se espera dos mesmos, o possam consubstanciar, eventualmente, com algumas propostas que entendam razoáveis e factuais. Aliás, é esse espírito, independentemente das críticas que possam fazer, que reiterei e foi sempre isso que publicamente afirmei.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Algum Sr. Deputado pretende fazer alguma consideração nesta fase ou preferem que passemos a discutir a metodologia?

Vejo que o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo pretende intervir.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, começo por cumprimentar o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

Acho que não ficávamos bem se aquilo que se passou, nas últimas duas semanas, fora da Comissão de Inquérito não fosse abordado nesta Comissão e não fique transcrito em ata.

Gostávamos, pois, de fazer uma consideração inicial em relação à apresentação sucinta e sumária feita pelo Sr. Deputado Sérgio Azevedo e, depois discutirmos a metodologia e a calendarização dos trabalhos, até porque as propostas que temos para apresentar têm muito a ver com a metodologia que venha a ser decidida por esta Comissão ao nível dos seus trabalhos.

Aquilo que foi permanecendo, nas últimas duas semanas, na opinião pública sobre esta matéria é algo que consideramos bastante lamentável.

Desde logo, porque, pelo menos o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi surpreendido pela divulgação de uma versão preliminar da proposta de relatório, que agora nos foi aqui apresentada numa versão *short* em relação àquilo que todos tivemos oportunidade de ler em toda a comunicação social. Era, hoje, o momento da apresentação do relatório e não há 15 dias. Era aqui, nesta Comissão de Inquérito, o local para a apresentação deste relatório e não em toda a comunicação social.

Queremos, desta forma, reiterar para a ata tudo aquilo que reiterámos publicamente, ou seja, consideramos pouco ético o modo como foi apresentada publicamente uma versão preliminar do relatório. Consideramos que isso descredibiliza a Assembleia da República, descredibiliza as instituições, descredibiliza a própria Comissão de Inquérito e descredibiliza o trabalho que todos nós, ao longo de mais de um ano, tivemos oportunidade de realizar.

Depois, se a fuga de informação é da parte do Grupo Parlamentar do PSD, se é da parte do Sr. Deputado Relator, como é que isso aconteceu, se o documento de vinte e tal páginas com o *best of* que foi distribuído a toda a imprensa, apareceu, acho que acaba por, no fundo, ser relevante apenas e só na descredibilização daquilo que foi feito e do que aconteceu.

A única coisa de que temos a certeza — e também queremos deixar isso claro — é que não foi por parte dos serviços da Comissão que existiu qualquer tipo de fuga, pese embora uma ou outra insinuação nesse sentido.

Também não criticamos a comunicação social. Eu próprio comecei a receber telefonemas na segunda-feira de manhã informando-me que tinham o relatório mas que também tinham o embargo de colocar notícias *online* até à hora em que recebêssemos, no nosso correio eletrónico, o relatório. De facto, é verdade, porque eu próprio e os meus colegas recebemos a

proposta de relatório no nosso endereço de correio eletrónico e, passados 7 minutos, já havia jornais *online* com a síntese do relatório.

Esta é a primeira nota que gostávamos de deixar, como já deixámos publicamente, mas achamos que tudo o que dissemos publicamente tem de ficar dito no local próprio, que é a Comissão de Inquérito, e transcrito nas atas da Comissão de Inquérito.

Quanto ao modo como foi construída a apresentação do relatório, devo dizer que me desiludiu um pouco a manobra em que o Deputado Sérgio Azevedo — por quem até tenho consideração, não é nada de pessoal em relação a ele — participou ou praticou, porque já sabíamos que a vida está difícil para o Governo. Ainda ontem, ficou um bocadinho mais difícil, mas, acima de tudo, mais do que para o Governo, está difícil para os portugueses.

Já sabíamos que o Partido Social Democrata, nos últimos tempos, tem tido alguma seletividade no modo como aprecia a Constituição e a viola, no modo como aprecia a lei e a viola, no modo como não concorda com as decisões dos tribunais e que, por isso, diz que então se muda a lei e também sabíamos, à partida, que esta Comissão de Inquérito tinha muitas conclusões já escritas à partida.

Agora, criar-se uma total encenação violando todo o espírito das comissões de inquérito e os seus trabalhos é algo que não podemos deixar de lamentar. É algo que repudiamos bastante em relação ao que foi feito e, como já disse várias vezes e não me cansarei de repetir, do nosso ponto de vista, não prestigia a Assembleia da República, não prestigia as comissões de inquérito.

Desde o início, fomos críticos, e até dissemos, muitas vezes, que quase parecia que estávamos perante uma comissão de acusação e de branqueamento, porque fomos mudando sistematicamente de métodos e de

calendários. Primeiro, tínhamos o método cronológico de apreciação das parcerias público-privadas e, depois, quando deixou de dar jeito, algumas que interessavam mais faziam-se no início, outras que interessavam menos, apesar de serem consideradas — e ainda bem! — das piores parcerias público-privadas, como é o caso da Lusoponte, ficaram para o final dos trabalhos e outras que não eram bem nem carne nem peixe ficaram no meio. O próprio Deputado Relator, aí, acaba por dizer que teve algumas dificuldades na feitura do seu trabalho exatamente pelo desequilíbrio de audições e dessa mudança de métodos. Ou seja, não houve um tratamento uniforme.

Portanto, como estamos a criticar algumas coisas que se passaram e o comportamento prévio ao dia de hoje — a divulgação do trabalho —, também retemos a isenção para reconhecer aspetos positivos que constam do relatório. Não podemos deixar de registar esse aspeto de o Deputado Relator assumir uma crítica nossa, ou seja, que essa alteração de metodologia fez com que se tenha dedicado muito tempo a algumas parcerias e pouco a outras, violando o que estava inicialmente acordado.

Também fez com que a Comissão fosse, muitas vezes, parcial e seletiva nas audições que fez. Há responsáveis do PSD que a maioria impediu que fossem chamados, houve uma fixação nalgumas empresas enquanto outras foram totalmente ignoradas; responsáveis por análises de custo-benefício também acabaram por ser totalmente ignorados.

Podíamos passar aqui toda a manhã a dar exemplos. Miguel Relvas, Álvaro Santos Pereira, Marques Mendes, Manuela Ferreira Leite, Bagão Félix são alguns que aqui ficam, tal como a célebre assessora do Secretário de Estado Sérgio Monteiro, que teve participação ora do lado da Lusoponte ora de empresas que fazem parte do consórcio da Lusoponte e em processos de decisão instruindo, depois, decisões que configuram um duplo

pagamento à Lusoponte, tendo o próprio Ministério das Finanças acabado por desautorizá-la. Todas estas foram entidades que a maioria impediu de serem ouvidas presencialmente nesta Comissão.

Também não tivemos oportunidade de ouvir responsáveis das instituições financeiras, que têm a esmagadora maioria dos lucros e, portanto, isso também foi algo que não ficou devidamente descortinado.

Tivemos até — e esta Comissão acabou por não dar grande sequência a isso, apesar de o Partido Socialista o ter proposto — responsáveis financeiros a escusarem-se a dar grandes respostas invocando sigilo bancário.

Tivemos também uma total seletividade nas empresas que aqui estiveram presentes, fixámo-nos muito num determinado consórcio e numa determinada empresa, tivemos mais de quatro audições sobre essa empresa e muitas outras acabaram por não estar aqui presentes.

Do nosso ponto de vista, também deveríamos ter tido um papel mais aprofundado em sede de audições das comissões de negociação e dos responsáveis das análises de custo-benefício, nomeadamente ao nível económico e social.

Do nosso ponto de vista, o facto mais significativo é que 60% dos lucros vão para instituições bancárias e esta Comissão, por decisão da maioria, não escrutinou devidamente o que foi esse trabalho. Isso, naturalmente, não é culpa do Deputado Relator, antes apenas e só prejudica, no global, o seu trabalho, mas é culpa da maioria, nomeadamente do PSD.

Também considerámos que, nesse pressuposto, tudo aquilo que conduziu à apresentação pública desta versão preliminar traduz falhas, como já disse, ao nível do comportamento ético, mas também no conteúdo e na forma de fazer as coisas.

Consideramos que chamar, como foi apresentado, no início, por toda a comunicação social, «relatório final da Comissão de Inquérito» é uma farsa e uma encenação, que poderia ter sido perfeitamente dispensável. Se assim fosse, não faria sentido estarmos hoje, aqui, reunidos para apreciar a proposta de relatório, uma vez que ainda estamos longe de ter o relatório final da Comissão. Acho que, como já disse várias vezes e não me cansarei de o repetir, desprestigiou tudo o que fizemos, desprestigia o Presidente e os Vice-Presidentes da Comissão, desprestigia o trabalho de todos os Deputados.

Do nosso ponto de vista, em termos de forma, o que hoje estamos a começar a fazer é a forma correta que deve traduzir-se naquilo que o Deputado Sérgio Azevedo também procurou introduzir — pena é que não tenha contribuído com a sua prática para algo com que concordamos —, ou seja, que esta Comissão de Inquérito deve ser prestigiada, que o nosso mandato é individual (as votações, penso eu, até são nominais) e que, sendo o nosso mandato individual, o modo como tudo isto nasceu em termos de apresentação a toda a imprensa antes de ser apresentado aos Deputados acaba por diminuir muito o que foi o nosso trabalho individual e o nosso trabalho coletivo. Tivemos dezenas e dezenas de audições e analisámos milhares de documentos. Acho que todos nós merecíamos que isto tivesse sido tratado de outra maneira, mas, acima de tudo, achamos que se queremos prestigiar a função dos Deputados, as comissões de inquérito e as instituições, temos de dar um outro contributo.

Não deixando de reiterar aqui, para ficar em ata, tudo o que dissemos publicamente, o que quero é que, desde o momento em que reiniciámos os nossos trabalhos até ao momento em que os iremos concluir com a aprovação final do relatório, todos nós pensemos um bocadinho e possamos contribuir para prestigiar o que andámos aqui a fazer durante um ano. Não

queremos eternizar este debate, não queremos passar aqui horas e horas inutilmente, mas também não queremos que aquilo que existe aqui seja apenas e só uma mera formalização apressada do que, durante 15 dias, tem sido debatido no espaço público e mediático. É porque, se assim for, estamos, mais uma vez, a contribuir para nos desprestigiarmos a nós próprios.

Considerámos que este relatório tem algumas falhas de conteúdo. De modo muito sucinto, gostaríamos de evidenciá-las e, depois, passar à fase subsequente.

Achamos que este relatório é parcial em termos de análise de responsabilidades que foram de governos liderados pelo Partido Social Democrata e de governos liderados pelo Partido Socialista.

A título de exemplo — é um exemplo que tenho dado variadíssimas vezes —, concordamos e reiteramos com a crítica que o CDS, desde o início, colocou muito nestes trabalhos, que é a ausência de comparador público nas várias parcerias público-privadas. É um aspeto claramente negativo. Porém, este relatório incide mais nesse dado negativo em termos de governos do Partido Socialista e omite isso em termos de governos liderados pelo Partido Social Democrata.

Achamos que é desequilibrado em termos de procurar defender alguns responsáveis políticos e acusar outros. Pensamos ser totalmente desequilibrado que tenhamos, por exemplo, quase cerca de 20 páginas de depoimentos de defesa do atual Secretário de Estado das Obras Públicas, Sérgio Monteiro. Este é um bom exemplo de desequilíbrio em relação a alegações de defesa de outros responsáveis que aqui foram ouvidos ou de «acusações» que também são feitas a outros responsáveis.

*A contrario* do que o Deputado Sérgio Azevedo referiu sobre a fundamentação exaustiva de todas as suas conclusões e do método que

seguiu, achamos que o relatório podia e devia ser mais fundamentado e entendemo-lo como um aspeto negativo.

Entendemos que os quesitos foram um trabalho importante e relevante que nos ocupou durante bastante tempo, todas as entidades responderam por escrito a esses quesitos e, muitas vezes, só depois decidíamos — aliás, muitas vezes a maioria decidiu por si só — as audições que eram feitas e achamos pouco adequado que os mesmos não tenham tido o devido suporte e fundamentação. Bem sabemos que a Comissão de Inquérito não é propriamente um tribunal em que cada quesito perguntado devesse ter uma resposta a nível de cada parceria público-privada, mas pensamos que serem praticamente totalmente ignorados e, depois, apenas e só referidos como anexo é um aspeto deste relatório pouco fundamentado.

Nalgumas partes — e já o dissemos publicamente —, também discordamos de algumas conclusões. Dissemos mesmo, na análise mais aprofundada, que algumas delas não correspondiam à verdade e até a falseavam. Podia dar vários exemplos: em relação a tudo o que tem a ver com a CREDIP e alertas feitos à Estradas de Portugal, temos aqui um ou outro ponto que não corresponde inteiramente à verdade. Também achamos que, no caso da Lusoponte, apesar de ser considerada pelo Deputado Relator, e muito bem, a pior parceria público-privada, as conclusões são benévolas e branqueiam alguns aspetos mais ruinosos já feitos pelo atual Governo.

Há um aspeto em que, no essencial, nos revemos — para não estar apenas e só com a visão mais crítica que, de facto, temos do que é proposto. Tirando alguns exageros, como insinuações de gestão danosa, que me parece não estarem comprovadas nem demonstradas, revemo-nos, no essencial, na análise que é feita sobre as parcerias público-privadas

ferroviárias, pelo que também queríamos deixar essa nota. Nesse capítulo das parcerias público-privadas ferroviárias, no essencial, revemo-nos em parte das considerações.

Deixo duas últimas notas a terminar, Sr. Presidente.

Achamos que as conclusões podiam estar mais fundamentadas em relação às respostas aos quesitos e em relação às atas, ou seja, podia ter referência de em que é que essa conclusão se baseia. Achamos que está pouco fundamentada, e daí também a questão da metodologia ser importante. Penso que poderemos ter alguma visão errada desses aspetos e o Sr. Deputado Relator poderá, conclusão a conclusão, ver onde existe essa fundamentação, mas gostávamos que, numa versão preliminar, isso pudesse ter sido mais sustentado.

Ao nível das recomendações, também achamos que elas são de uma grande banalidade. Entendo que as parcerias público-privadas — e todos os meus colegas sabem que eu sou muito crítico deste instrumento e que tenho uma opinião claramente negativa — devem ser todas renegociadas e nada deve estar excluído, à partida, dessas renegociações e desse trabalho que deve ser feito. Mas, em termos de futuro, se há algo que devemos aproveitar de todo este trabalho e deve sair para o futuro de um modo muito sustentado são recomendações que permitam, para já, definir muito melhor do que atualmente está definido o recurso ou não às parcerias público-privadas.

Em segundo lugar, nos casos excecionais em que elas possam existir, que haja uma grande melhoria — dissemos isto desde o início, desde a primeira fase de audições — ao nível da negociação, da contratualização, do acompanhamento, da transparência, do regime de incompatibilidades, da passagem do público para o privado e do privado para o público, que haja

um papel mais relevante da Assembleia da República em sede de acompanhamento das comissões e, até, da negociação.

Portanto, há aspetos importantes que são colocados como proposta no primeiro conjunto, mas achamos que podíamos e devíamos ir muito mais além. Estávamos à espera que a versão preliminar apresentada pelo Deputado Sérgio Azevedo já fosse uma proposta de trabalho que permitisse ir muito mais além.

Em síntese, Sr. Presidente, estas são as considerações iniciais que gostávamos de fazer à versão preliminar do relatório, as quais quisemos deixar aqui bem expressas porque o tínhamos feito publicamente. Achámos que deveríamos colocar no local próprio de modo a que ficasse registado em ata.

Mas temos várias ideias e propostas e, independentemente das considerações que outros Deputados ou grupos parlamentares e o Deputado Relator queiram fazer desta apresentação sucinta e do que eu próprio estive a dizer, gostávamos, conforme a sua proposta, de definir como é que vamos funcionar e até de perceber a abertura do Deputado Sérgio Azevedo. É porque temos preparadas, para apresentar, conclusões, recomendações e propostas para o corpo do relatório e também estaremos preparados para apresentar uma proposta alternativa, de substituição do relatório. Em todo o caso, queríamos perceber, exatamente, como vamos funcionar.

Há um aspeto importante — digo-o já para depois não me estar a alongar — de que eu e o Deputado Nuno Encarnação não tivemos oportunidade de conversar abertamente, por problemas de saúde que tive, que me parece uma ideia interessante. É a ideia de haver a apresentação do relatório, o debate sobre estas propostas, depois, a entrega e apresentação de propostas, mas que se fixe um dia e uma hora para termos cá todos os Deputados, em especial para as votações, se estas forem nominais.

Confesso que, aí, me socorrerei da experiência do nosso Presidente da Comissão no sentido de saber costuma ser a prática habitual quer das votações, quer da metodologia, quer da apresentação.

De todo o modo, estamos preparados para apresentar, conforme for decidido, tudo o que tenha a ver com a metodologia e votaremos em conformidade com o que a maioria decidir, esperando nós que seja uma decisão da maioria que permita prestigiar os trabalhos desta Comissão, o que, no fundo, achamos que não aconteceu os últimos 15 dias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a metodologia é simples, pois decorre do que já está definido e do que temos aqui em mãos para votar. Ou seja, já definimos que o relatório seria apresentado no dia 17, e foi, e que as propostas deviam ser apresentadas até dia 28, que já passou. O que temos em mãos é uma proposta de relatório com algumas alterações sugeridas pelo próprio relator e propostas apresentadas por três grupos parlamentares. É isto que temos para apreciar.

Agora, vamos definir como e quando as apreciaremos, porque, obviamente, até à última hora qualquer Deputado poderá apresentar as propostas que quiser, mas temos de nos entender sobre uma metodologia mínima, senão, não saímos daqui.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, reforçando aquilo que disse, eu pensava que até à hora do início desta reunião todos os grupos parlamentares que quisessem apresentar propostas apresentá-las-iam à Comissão e a Comissão distribuí-las-ia pelos restantes grupos parlamentares. Tanto quanto sei, o Grupo Parlamentar do PCP não apresentará qualquer proposta de alteração e não temos conhecimento de

qualquer proposta do Partido Socialista que tenha dado entrada nesta Comissão, pelo que gostava de perguntar ao Sr. Presidente se chegou alguma proposta do Partido Socialista. Estou enganado ou não?

*Pausa.*

Não chegou! Foi o que o Sr. Presidente acabou de dizer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo é que acabou de anunciar o que o Partido Socialista tenciona fazer, não sou eu.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Por isso, não conseguimos analisar propostas que não existem.

Estávamos preparados — e acho que era essa a intenção desta Comissão — para que hoje de manhã houvesse a apresentação de cada uma dessas propostas por parte de cada grupo parlamentar e, provavelmente numa segunda reunião, as votássemos. Penso que foi esta a metodologia encontrada.

Por isso, se há aqui algum atraso na metodologia, deve-se ao Partido Socialista que, até agora, não fez chegar qualquer proposta de alteração a nenhum dos Deputados que aqui estão e que continuam à espera de saber se há ou não propostas apresentadas pelo PS. É isso que está aqui em cima da mesa.

Faço apenas duas precisões relativamente às considerações iniciais do Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo sobre o dito relatório preliminar.

Sobre a questão da banca, gostaria de recordar ao Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo que enviámos os questionários indicativos a, pelo menos,

cinco instituições bancárias, foram respondidos e, em Comissão, depois de termos enviado, por carta, os questionários às pessoas que achámos que deveriam ser inquiridas, decidimos chamar todos os responsáveis que assinaram os contratos por parte do Estado e por parte das concessionárias. Foi esta a metodologia acordada entre todos, e foi assim que começou esta Comissão.

Queria apenas fazer estas precisões. Acho que vale a pena relembrar isto ao Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, que se pode ter esquecido do que ficou acertado. Se queria chamar, à última hora, bancos e por aí fora, não me lembro de ter sido apresentado propostas em concreto aqui, na Comissão. O que ficou acertado, e foi o que combinámos e, depois, fizemos durante esta Comissão, foi exatamente isto, acordado por todos os grupos parlamentares. Sr. Presidente, gostaria de deixar esta precisão.

Por outro lado, sugeria que fossem apresentadas todas as propostas e que as mesmas fossem dadas a todos os Deputados desta Comissão. Era muito simples para nós, por exemplo, propormos o agendamento da Comissão ainda hoje no final da tarde se tivéssemos conhecimento das propostas, o que nos daria, durante a tarde, a hipótese de as analisar. Estamos em condições de analisar, durante a tarde de hoje, todas as propostas que foram apresentadas até agora pelo CDS-PP e pelo Bloco de Esquerda e de as votarmos no fim do dia, se for esse o caso. Além destas propostas, também há as nossas, do PSD, que são versadas em seis páginas com 14 pontos apenas.

Era isto que gostava de deixar à consideração da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Estão inscritos três Srs. Deputados: Rui Paulo Figueiredo, Hélder Amaral e Fernando Serrasqueiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, em relação à metodologia e ao funcionamento da Comissão e ao porquê de não termos apresentado as propostas — como disse, e muito bem, o Sr. Presidente, podemos fazê-lo a todo o tempo do decorrer dos trabalhos —, digo que fazemos acordos de cavalheiro com quem é cavalheiro.

Já tive oportunidade de ter esta conversa com o Sr. Deputado Nuno Encarnação e não é surpresa nenhuma para o próprio termos dito — aliás, até mandámos uma comunicação eletrónica sobre isso — que, no momento da retoma dos trabalhos, apresentaríamos as propostas. É porque tínhamos procurado uma metodologia que compatibilizasse o tempo que tínhamos com o trabalho do Deputado Relator, Sérgio Azevedo, e com um trabalho que se permitisse ser de qualidade, exaustivo e que nos prestigiasse a todos.

Portanto, o que tínhamos combinado era que uma primeira versão preliminar de um relatório circularia só entre nós no dia 17, que informalmente poderíamos apresentar ideias e propostas que o Sr. Deputado Relator iria ou não acolher e que, depois de reiniciar os trabalhos, teríamos a apresentação formal do relatório, com o debate das propostas e votações.

A partir do momento em que essa versão do relatório preliminar foi apresentada como sendo a versão definitiva — foi publicamente apresentada antes de termos conhecimento —, dissemos automaticamente que íamos cumprir o que está no Regulamento da Comissão. Aliás, não sei se por isso mesmo ou não até houve intenção de solicitação do Grupo Parlamentar do PSD, através do Sr. Deputado Nuno Encarnação, para uma reunião da mesa e coordenadores para definir a metodologia e nós até nos disponibilizámos para isso, mas a reunião não foi marcada.

Portanto, o ponto prévio que temos de definir é exatamente a metodologia. O facto de o Sr. Deputado Nuno Encarnação, e bem, ir procurando que os trabalhos andem, fazendo propostas e até — não estou a criticar — construindo alguns consensos metodológicos não quer dizer que, pelo simples facto de mandar *e-mails*, possa transformar os *e-mails* e as intenções pela força do voto nas deliberações da Comissão. No entanto, até ver não existe nenhuma deliberação sobre isto. É porque tivemos uma primeira proposta de que hoje despachávamos tudo, depois tivemos uma segunda proposta de que, se calhar, não reuníamos à tarde mas ao fim do dia ou amanhã e despachávamos tudo, se fosse preciso fazíamos uma noitada e víamos todas as propostas.

O que achamos — e foi o que procurei transmitir na primeira intervenção — é que temos um momento para apresentação do relatório (o facto de ter sido apresentado à imprensa há 15 dias não substitui a sua apresentação na Comissão); em segundo lugar, temos um momento, o qual quisemos utilizar, para transmitir no seio da Comissão e ficar em ata o que achamos sobre o relatório; depois, queremos definir a metodologia e a calendarização segundo a proposta do Sr. Presidente, pois podemos não as definir, em que fique fixado quando vamos debater e votar. A partir do momento em que seja acordada a metodologia e a votação, de acordo com o regime das comissões de inquérito, estamos em condições de apresentar as propostas.

O prazo do dia 28 era o acordo de cavalheiros que tínhamos. Aliás, a bem dizer, até fui duas vezes abordado pelo Deputado Sérgio Azevedo no sentido de saber se podíamos ou não apresentar as propostas, de modo a que ele as ponderasse com toda a adequação, antes do dia 28 para fazer circular um segundo *draft* preliminar. A partir daí expliquei-lhe, exatamente como expliquei ao Deputado Nuno Encarnação, que

considerávamos que a divulgação preliminar do relatório, do modo que foi feita, incumpria todos esse acordo de cavalheiro e, portanto, íamos fazer aquilo que estamos aqui a propor e que, no fundo, o Sr. Presidente também propôs, que é a apresentação do relatório, a definição da metodologia e a apresentação das propostas pelos Deputados.

Aliás, a bem dizer, ainda há pouco, encaminhadas pela Comissão, recebemos respostas do Sr. Secretário de Estado Sérgio Monteiro, que ainda não tive oportunidade de ler. Vi só que tínhamos recebido um *mail*, e já estávamos há um mês à espera dessas respostas. Não estamos a fazer nenhum drama disto, mas também gostávamos de as ler e de as incorporar.

Já percebi que é uma grande preocupação do PSD abrir e fechar logo a reunião, apesar de a votação do relatório em Plenário só estar agendada para o meio da próxima semana.

Devo dizer, em todo o caso, que estamos disponíveis para reunir hoje à tarde ou ao fim da tarde, estamos disponíveis para reunir amanhã, de manhã ou no final do Plenário e, até em prejuízo da nossa presença nas reuniões dos grupos parlamentares, estamos disponíveis para reunir quinta-feira de manhã ou ao fim da tarde, de modo a, havendo aqui um consenso, fecharmos este assunto nesta semana, até para que depois os serviços da Comissão — que já sofreram bastante connosco ao longo de um ano e tal — possam ter tempo, atempado e adequado, para que tudo esteja em condições de ir para Plenário.

Portanto, não estamos nem a querer protelar, nem, *a contrario*, a querer apressar. Se é para abrir e fechar logo a reunião, então digam-nos, porque escusamos de estar aqui a debater, limitamo-nos a apresentar uma declaração de voto e a maioria ficará contente. Mas achamos útil e adequado que se fixe aqui esta metodologia e esta calendarização. Até aceitamos a proposta que o Sr. Deputado Nuno Encarnação, em nome do

Grupo Parlamentar do PSD, queira fixar para um dia e uma hora a fim de procedermos a todas as votações. E a partir daí, desde agora até esse dia e essa hora, nós definimos todo o método e metodologia.

Queríamos saber — foi a pergunta que até fiz informalmente ao Sr. Presidente e que agora a faço formalmente — se existe algum costume, alguma norma específica, se é definido por cada comissão se a votação é em bloco ou se separa o corpo do texto das conclusões e das recomendações, se são só conclusões e recomendações, e se votamos uma a uma cada conclusão e cada recomendação e se as votações são nominais, mas a essa pergunta penso que já me respondeu que sim. No caso de as votações serem nominais, nós, por uma ausência em trabalho parlamentar e uma ausência por motivos de saúde, teremos de proceder à substituição de dois Deputados efetivos pelos dois Deputados suplentes.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, queria só dizer o seguinte, Sr. Deputado: a votação é nominal, porque é isso que a lei determina. Portanto, chamo a atenção dos grupos parlamentares que tenham necessidade de substituir alguns dos Srs. Deputados que o façam. Aliás, o PSD procedeu a duas substituições, mas, no momento em que passarmos às votações, será feito o anúncio para que seja estabilizada a composição.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Queria fazer uma pergunta, Sr. Presidente, a propósito das substituições.

Como é sabido, o Sr. Deputado Manuel Seabra, que está de baixa por doença e que era membro efetivo desta Comissão, foi substituído por outro Deputado, que assumiu outras comissões.

Pergunto se, aqui, terá de ser substituído por esse Deputado ou se seremos nós que indicamos outro Deputado ou um dos suplentes.

O Sr. **Presidente**: — O Grupo Parlamentar pode indicar outro Deputado para o substituir, não tem qualquer problema. É necessário é que o faça.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, creio que o único ponto em que temos de nos entender em termos metodológicos tem a ver com a necessidade de, face à apresentação de novas propostas, se abrir um período em que teremos de suspender os trabalhos para as apreciar. No entanto, isto vai ter de haver um limite, porque se, após a apresentação de cada proposta, vamos interromper os trabalhos para retomar no dia seguinte ou daí a cinco horas, às tantas, isto funciona como aquelas bonecas russas, as matrioskas, em que estão umas dentro das outras e, portanto, vamos de interrupção em interrupção até ao dia 11, que é o dia em que o relatório terá de ser apreciado em Plenário.

Esse é o único ponto sobre o qual teremos de nos entender, porque vamos ter de chegar a um determinado período em que, mesmo que entrem propostas, não podemos dar-nos ao luxo de, sucessivamente, ir passando a reunião para o outro dia.

Sr. Deputado **Hélder Amaral**, tem a palavra.

O Sr. **Hélder Amaral (CDS-PP)**: — Sr. Presidente, queria cumprimentar os colegas e dizer o seguinte: nós cumprimos o acordo de cavalheiros e aquilo que era de boa regra...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço imensa desculpa, mas não respondi a uma questão que foi colocada.

Temos um relatório para votar e, portanto, a desagregação da votação será feita de acordo com aquilo que for solicitado pelos Srs. Deputados. Se for solicitado que seja linha a linha, será linha a linha; se não for linha a linha, também pode ser em bloco. É como quiserem.

Obviamente que, havendo propostas de especialidade, a votação já não será em bloco, logo, haverá a apreciação de cada uma das propostas, mas os Srs. Deputados estão à vontade para pedir as desagregações que entenderem.

Tem a palavra, Sr. Deputado Hélder Amaral, e peço desculpa por tê-lo interrompido.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, estava eu a dizer que nós cumprimos com aquilo que estava acordado. Aliás, não fomos os únicos: o Partido Comunista Português, o Bloco de Esquerda, o Partido Social Democrata e o CDS cumpriram com aquilo que estava acordado e apresentaram, ou não — o caso da bancada do Partido Comunista por decisão legítima — as suas propostas. Nomeadamente, estas três bancadas mais pequenas tiveram de fazer um esforço enorme para ler o relatório, até porque a governação do Partido Socialista dá um trabalho que «não lembra ao diabo»! Aliás, faço parte de outra comissão de inquérito e, portanto, imaginemos as solicitações que seis anos de governação do Partido Socialista nos obrigam...! Ainda assim, houve disponibilidade total para discutir e para ler o relatório.

Não direi nada — e espero que o meu silêncio seja esclarecedor — sobre a forma e o conteúdo como o relatório foi apresentado à comunicação

social — os tais 15 dias. Sobre essa matéria, a responsabilidade é a de quem o apresentou e da bancada que o fez e, portanto, não digo rigorosamente nada.

Apesar disso, a Comissão solicitou-nos — e eu assim o entendi — o envio de propostas. Foi-nos enviado o relatório, lemos o relatório, entendemos fazer propostas que são meras correções de factos, aliás muito parecidas — e aqui, somos completamente suspeitos — com as propostas do Bloco de Esquerda, que também são meras correções de factos.

Portanto, acho que não parecia bem, para quem analisou um processo que andou muitas vezes à margem da lei e para lá da lei, que esta Comissão desse o exemplo de também querer fazer aquilo que aconteceu nas PPP, que é ler sempre nas entrelinhas dos procedimentos e da lei para inventar aqui formas novas e inusitadas de apreciação.

Assim, a proposta do CDS é a seguinte: estão apresentadas as propostas. Eu e a minha bancada estamos muito sensíveis à acusação de parcialidade que o Partido Socialista faz e estamos disponíveis para discutir essa questão. Há acusação de desequilíbrios no relatório: 20 páginas para um, menos 20 páginas... Nós estamos disponíveis para concertar esses desequilíbrios.

Embora o facto de irem em anexo todas as respostas aos quesitos, acho que é um bom instrumento e um bom elemento de estudo e de análise de como correu a Comissão. Se essas respostas aos quesitos devem estar no corpo do relatório ou nos anexos, é mais uma discussão que aceitamos fazer, uma vez que elas estão respondidas por escrito, estão perfeitamente identificadas, as perguntas foram claras e foram consensualizadas e, portanto, a divergência, pelos vistos, é só sobre o sítio onde as pomos. Mas que é para estarem no relatório, lá terão de estar.

Se se fala pouco numa ou noutra parceria público-publicada ou num ou noutro aspeto, obviamente isso é algo que eu acho que é sempre ilidível, mas não vamos sair daqui com nenhum consenso.

A bancada do CDS está disponível para que, em data oportuna, até ao dia 11, se marque uma reunião para análise, discussão e votação das propostas. Já ficou assente que qualquer bancada pode sempre fazer — até porque vamos detetar erros, porventura imprecisões — os seus acrescentos, mas, depois, há um momento em que se vota o relatório. Não sou favorável a que se interrompam trabalhos para dar hipótese de apresentar novas propostas para voltarmos a analisar novas propostas.

Acho que a bancada do Partido Socialista, até por respeito para com as outras bancadas que fizeram o seu trabalho e, porventura, todos ficaram mais ou menos desconfortáveis com os 15 dias ou, pelo menos, não tão satisfeitos como a forma como o relatório foi apresentado, mas, enfim, não vi aí nenhum drama. Podíamos ter marcado uma reunião imediatamente após a conclusão do relatório para o apresentar em Comissão e teríamos evitado a discussão pública do relatório. Mas, enfim, eu prefiro falar para a frente.

*Voz inaudível na gravação.*

Mas não foi assim e, portanto, não vou usar esse argumento para agora prejudicar ainda mais o andamento e as conclusões dos trabalhos.

Queria ainda dizer que achei — e direi isso na discussão — surreal, porque o relatório é bastante fatural e as nossas propostas são exatamente para pôr testemunhos feitos nesta Comissão de algo que para nós merece investigação e consequência. O comportamento, como está na proposta do

Partido Social Democrata, das comissões de impacte ambiental e a forma como aqui foi descrito é tremendamente grave.

Por isso é que acho bem que o relatório seja fatural porque, de facto, não temos de acrescentar nada, a não ser aquilo que foi dito em Comissão. E as entidades que têm competência de investigar que o façam até às últimas consequências.

Opiniões sobre os 60% de lucros para a banca, para quem assinou sete concessões, com as empresas a dizer: «Com esse *spread* e com esses juros, nós não o fazemos» e que acabaram por ser feitas, passando, de facto, o lucro para a banca com o alto patrocínio do Tribunal de Contas... Parece-me, de facto, curioso que alguém venha agora queixar-se de que a banca teve 60% de lucros. Mas, enfim, isso ficará para discussão pormenor a pormenor, proposta a proposta. Estou já ansioso pela discussão porque vai ser interessante e animada.

Nesta fase, o que queria dizer é que temos de ficar por aí.

As propostas estão apresentadas. A reunião será quando entenderem para discutir as propostas, para assumir e corrigir estes desequilíbrios, esta falta de fundamento ou esta parcialidade e depois votarmos antes do dia 11, como tem de ser, nominalmente, o relatório, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Fernando Serrasqueiro, queria só lembrar que não é até ao dia 11 porque temos de fixar a redação final. Portanto, dia 11 é o debate em Plenário.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O Sr. Presidente fixa o dia, a hora e o local e eu lá estarei.

O Sr. **Presidente**: — Acho que em caso algum podemos passar desta semana sem ter o relatório aprovado. Porque é preciso fixar a redação, é preciso enviar o relatório na sua versão definitiva, acompanhado de eventuais declarações de voto, para Plenário. Isso implica que, forçosamente nesta semana, o relatório seja aprovado.

Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro, faça favor de usar da palavra.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (PS): — Sr. Presidente, o nosso entendimento é o de que o relatório tem de ser apresentado na Comissão. Percebi a intenção desta manobra para discussão na comunicação social, mas não é indicador de prazos para quem que seja.

Hoje, o Deputado Relator apresentou-nos o projeto de relatório e até nos indicou algumas alterações que pretende introduzir.

Portanto, estamos em condições de, a partir de agora, definir o prazo que o Sr. Presidente... Aliás, ainda não percebi bem a urgência do PSD. Já definiu um calendário para apresentação do relatório, por razões de natureza político-partidária. Suponho que não quer agora definir uma data também em função do calendário do Governo!

Portanto, estamos em condições de, durante esta semana, apresentar as nossas propostas. Queremos fazer propostas globais, porque a nossa crítica a este relatório é uma crítica global. Já aqui o dissemos que não entendemos como é que é preciso 20 páginas para elogiar ou, pelo menos, desculpabilizar um elemento que foi preponderante em todas as negociações para a constituição de SCUT.

Entendemos que estamos, durante esta semana — e concordamos com o Sr. Presidente — em condições de o poder votar porque temos um conjunto de propostas muito significativas, queremos assentar também a data para que possamos participar nisso.

Portanto, este calendário tem de ser um calendário que permita alguma discussão séria e aprofundada de um relatório que é extenso.

Este relatório critica algumas das negociações de contratos de concessão em que os membros do Governo, de natureza política, subscreveram. Várias vezes são citadas algumas críticas relativamente a essas negociações. Queria pedir ao Sr. Presidente e aos serviços se é possível detetar se um membro dessas comissões de negociação que são criticadas pelo relatório é o Sr. Dr. Joaquim Pais Jorge, que está indigitado para tomar posse, hoje ou amanhã, como Secretário de Estado do Tesouro, e que é uma peça fundamental na assinatura das negociações que estão em marcha nestas concessões. Ele é citado nas páginas 223, 292, 428 e 434 como sendo membro das comissões de negociação do Interior Norte, Beira Interior, Algarve, Beiras Litoral e Alta, Douro Litoral e Litoral Centro. Acho que é, a ser a mesma pessoa, algo que nos deve merecer reflexão e é por isso que gostaria de saber se, porventura, a coincidência de nomes é só coincidência ou se é exatamente a mesma pessoa.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não está a sugerir que o Presidente e os serviços façam aqui uma averiguação de identidade, pois não?

Estão inscritos o Sr. Deputado Nuno Encarnação e o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, gostava que percebêssemos o que estamos aqui a fazer porque, recordando os factos, no dia 17 de junho, às 8 horas e 4 minutos da noite, ou seja, há 16 dias, todos nós tivemos conhecimento, por via dos nossos *e-mails*, do relatório

preliminar apresentado pelo Sr. Deputado Relator. Ou seja, há 16 dias que este relatório pode ser analisado por cada um de nós.

Combinámos — o tal acordo de cavalheiros que o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, às vezes, põe em causa — que entregaríamos as propostas até ao início desta reunião, sendo certo que o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo ressalvou, e comunicou-nos atempadamente, que apresentaria as propostas do Partido Socialista na reunião de hoje de manhã. Assim foi escrito no seu *e-mail*, por isso não estou aqui a destapar nenhum segredo. Foi isto que ficou acordado.

Às 8 horas e 57 minutos da manhã de hoje, foram remetidas, por parte da Comissão para todos os grupos parlamentares, as propostas de alteração do PSD; às 9 horas e 20 minutos, foi remetida a proposta de alteração do Bloco de Esquerda; e, na sexta-feira passada, a proposta de alteração, se não estou em erro, do CDS-PP. O Partido Comunista Português, pelo que também se sabe, não apresentará propostas de alteração.

Por isso, acho que o único impasse que estamos à espera de saber é quais são as propostas de alteração que o Partido Socialista tanto apregoa. É porque eu ainda não vi uma única linha, nem esta Comissão viu, das mesmas para podermos apreciá-las.

Não estou aqui a dizer que estão ou não com pressa. Estamos com a disponibilidade necessária para apreciar todas as propostas que estão em cima da mesa e as únicas que temos são de três grupos parlamentares.

Daí eu ter sugerido, há pouco, já que o Partido Socialista não apresenta qualquer proposta de alteração, que hoje temos a disponibilidade de, se quiserem, no final do dia podermos apreciar e votar, pelo menos, estas três propostas de alteração que estão em cima da mesa. Temos tempo durante a tarde. Não são propostas longas nem extensas, são três propostas

de cinco ou seis páginas cada por grupo parlamentar. Temos essa disponibilidade imediata de o fazer, se o Sr. Presidente quiser.

Agora, não percebo a não apresentação de proposta do Partido Socialista. Ou não a tem ou não a preparou. É isso que ninguém percebe nesta Comissão, Sr. Presidente, porque a ordem dos trabalhos era a análise do relatório final hoje a partir das 10 horas da manhã e já tínhamos uma reunião marcada para as 3 horas da tarde.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que, apesar de esta Comissão ter durado mais de um ano nos seus trabalhos, obviamente que todos nós gostaríamos, penso eu, que até pudesse ter durado mais para podermos ter feito mais audições. Agora, há sempre um compromisso, um equilíbrio, entre o tempo de duração plausível para uma comissão de inquérito e o que, nesse tempo, a comissão a inquérito pode fazer.

O Bloco de Esquerda crê, isso é claro, e penso que será acompanhado por todos os grupos parlamentares, que, dada a enorme abrangência da matéria desta Comissão de Inquérito, mais tempo não seria negativo se não tivéssemos em conta a necessidade também política e de funcionamento desta Comissão de chegar à sua conclusão.

Assim sendo, qualquer relatório desta Comissão de Inquérito — e percebo a dificuldade do seu relator — teria duas enormes dificuldades: uma primeira é de ter uma visão crítica sobre quais os limites que foram ou deveriam ter sido alcançados nas audições e uma segunda é de colocar, em

letra de relatório, mais de um ano de audições, largas dezenas de audições, todas elas com pontos muito relevantes.

Percebendo isso, devo dizer que, não sendo este um relatório do Bloco de Esquerda — se fosse o Bloco de Esquerda a fazê-lo, tê-lo-ia feito de forma diferente —, reconhecemos que há aqui trabalho de qualidade do seu relator, apresenta muitos dados factuais. Dissemo-lo publicamente e não temos problema nenhum em reconhecê-lo porque essa é a verdade, é o que consideramos. Falta ao relatório alguma abrangência, daí termos feito um conjunto de propostas de alteração que, na nossa opinião, o enriquecem nalguns aspetos factuais, nalguns aspetos de consequência a tirar desta Comissão de Inquérito.

Creio que o aviso principal que tinha de fazer neste momento é que me parece que não temos nenhuma vantagem, na ponta final desta Comissão, em que a mesma fique manchada por qualquer problema burocrático, de calendário, o que quer que seja.

Se for mais simples, para chegarmos a uma fase final dos trabalhos em que todos os grupos parlamentares se sintam mais confortáveis, permita-me o Sr. Presidente que faça a seguinte sugestão: que se marque uma data para entrega de propostas de alteração ou de textos alternativos — e devo dizer que, aí, acompanho o que disse o Deputado Hélder Amaral, qualquer grupo parlamentar poderia, ainda, ter mais propostas de alteração se assim o entendesse. Até poderia ser, adiando já a proposta, o meio do dia de amanhã e quinta-feira ou sexta-feira, na pior das hipóteses, teríamos uma reunião onde fizéssemos tudo, isto é, onde discutíssemos e avaliássemos cada proposta de alteração e, conjuntamente com isso, se votassem estas propostas de alteração.

Dito noutra linguagem e de forma muito simples que todos os Deputados perceberão, podemos, com alguma facilidade, porque é esse o

trâmite habitual das comissões, ter um processo que seja quase de especialidade de debate e votação de propostas de alteração a este relatório. No fundo, desta forma mais simples penso que os trabalhos tenderão a correr melhor.

Não queria — e insisto neste ponto — que se manchassem os trabalhos da Comissão que, tendo questões positivas e outras que não o são tanto, correram dentro de uma normalidade geral e chegaram a conclusões que me parecem relevantes para o País e que também dão consequência ao trabalho que nela fizemos.

Agora, para não termos esta «nuvem negra» no final deste processo, creio que estes dois passos, uma meta para a entrada de propostas de alteração adicionais e uma reunião para discutir e votar essas propostas de alteração, resolveriam o problema de forma cabal e inequívoca. Se assim fosse, não teríamos o adiar desta discussão, que me parece que está a começar a ficar um pouco fechada no que se refere às posições de cada partido, e teríamos, isso sim, uma consequência para os nossos trabalhos, que é do que precisávamos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, por agora, gostaria de centrar estas minhas palavras essencialmente na questão da metodologia e da organização dos trabalhos.

Cumprimento o Deputado Relator pelo esforço evidente da elaboração de um documento com esta dimensão e com o trabalho que aqui resulta.

Em relação às datas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só um momento.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, Sr. Presidente. Eu espero.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a ter interferências de som.

*Pausa.*

Peço o favor de quem tem o computador com som ligado o desligue, porque está a interferir com os nossos trabalhos.

Queira prosseguir, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sobre a questão da metodologia, gostaria de dizer o seguinte: estamos a reunir agora porque deliberámos, por unanimidade, reunir agora e vamos apreciar este relatório no Plenário no dia 11 porque a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia, ouvidos todos os grupos parlamentares em Conferência de Líderes, decidiu agendar para dia 11.

Quero reiterar a ideia que já foi aqui colocada pelo Sr. Presidente de que não podemos correr o risco de fazer adiamentos em cadeia e, se algum Sr. Deputado entende que há propostas de alteração que podem ser colocadas sobre matéria que ainda não foi votada, é uma coisa relativamente «lapalissiana», mas resulta do Regimento. Até ao momento da votação, podemos apresentar alterações.

Agora, a questão tem a ver, precisamente, com o condicionamento que quisermos colocar a nós próprios. Estou a falar de condicionamento, inclusive, quanto ao conteúdo da discussão, porque uma coisa é as condições que decidimos colocar para a apresentação de propostas, outra coisa daí decorrente é o que resulta no condicionamento da análise e da

discussão dessas propostas que apresentamos. É muito simples. Podemos decidir que temos até quinta-feira à noite para entregar propostas e, com isso, estamos a decidir que só temos a sexta-feira à tarde para discuti-las e para votar e discutir o relatório todo.

Portanto, agora os Srs. Deputados façam como entenderem. Diz o povo: «Albarda-se o burro à vontade do dono.» A partir do momento em que os Srs. Deputados digam: «Hoje ainda é cedo, vamos para amanhã ou para quinta-feira, temos propostas de alteração para entregar, etc.», estamos de acordo com tudo, mas agora vejam lá é como e quando querem fazer a discussão.

Os Srs. Deputados ficam a saber — e eu queria ter começado por dizer isto — que o PCP decidiu não apresentar propostas de alteração porque decidiu que quer por os pontos no ii e repor a verdade em diversas matérias numa declaração de voto onde, não havendo, precisamente, lugar a votação, fica anexo ao relatório um conjunto de elementos que até poderão ajudar a esclarecer algumas pessoas para agora e para o futuro. Apresentaremos, no momento que aqui se entender e deliberar, até quando temos de entregar as declarações de voto.

Portanto, vamos remeter para declaração de voto o essencial das questões que temos do ponto de vista crítico, do ponto de vista de análise ao relatório, do ponto de vista do nosso posicionamento sobre esta observação e esta leitura que daqui se faz e do ponto de vista factual — de correção de matéria factual que está aqui e que fazemos questão que conste no processo.

Não era essa a única nem sequer a principal preocupação, mas isto até ajuda ao andamento dos trabalhos. Não foi por recearmos atrasos que não apresentámos propostas, mas por querermos garantir que um documento destes, em vez de ter aditamentos pontuais ou alterações de

pormenor, não permitisse, do ponto de vista da substância e do ponto de vista da análise global, uma leitura até contraditória como aquela que apresentamos. É por isso que apresentamos os nossos pontos, as nossas questões, a nossa leitura e elementos factuais contrários ou omissos neste relatório preliminar em declaração de voto.

Regressando ao método e ao calendário, penso que é importante que não haja muitos mais momentos para que se apresente o que quer que seja, sob pena de, depois, estarmos a limitar, a condicionar ou a impossibilitar o debate e a própria análise para votação das propostas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Sérgio Azevedo já há algum tempo manifestou a intenção de falar, mas creio que preferirá falar no final. Não sei, o Sr. Deputado decidirá. Quando achar que deve intervir como relator, esteja à vontade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — Sr. Presidente, vou procurar compatibilizar as várias intervenções e ver se acertamos alguma metodologia.

Já dissemos que não podemos estar aqui a eternizar nem os tempos, nem as propostas, nem os debates. Ou seja, apesar de, regimentalmente, qualquer Deputado poder apresentar proposta sobre um aspeto que não tenha sido votado até ao momento da votação, não é essa a nossa intenção porque isso iria eternizar e obstaculizar o funcionamento dos trabalhos.

Aquilo que propúnhamos — e não há aqui nenhum dogma — era que chegássemos a um consenso. Do nosso ponto de vista, quinta-feira é o dia mais adequado, mas, se os outros grupos parlamentares e os Deputados que têm responsabilidades nos diferentes grupos parlamentares acharem que

não é adequado, também não nos incomodaria a sugestão do Deputado Pedro Filipe Soares de reunirmos sexta-feira à tarde.

Propúnhamos, então, que fixássemos a reunião para quinta-feira de manhã, para quinta-feira após o encerramento do Plenário ou para sexta-feira depois do almoço para, em votação final global, votarmos todas as propostas e de todas as conclusões e recomendações. Gostávamos de desagregar as recomendações.

Em atenção ao trabalho que os serviços da Comissão terão de fazer, talvez fosse mais interessante reunir-nos quinta-feira de manhã ou quinta-feira no final da tarde, mas fica à consideração dos diversos Deputados, porque à quinta-feira de manhã costuma haver reuniões dos grupos parlamentares, mas também há vários compromissos que envolvem Srs. Deputados no final do dia e início da noite.

Porém, como primeira posposta, seria quinta-feira de manhã ou quinta-feira à tarde, no limite sexta-feira após o almoço para fazermos todas as votações e ficarmos, tanto quanto possível, com a proposta de redação final do relatório.

Apresentaremos as nossas propostas para serem distribuídas pelos serviços da Comissão hoje à tarde ou mesmo mal saíamos daqui e estamos disponíveis, amanhã de manhã continuando depois do final do Plenário, para uma reunião de debate de todas as propostas apresentadas pelos diferentes grupos parlamentares.

O Deputado Relator tem o dia de hoje, à tarde e à noite, e de amanhã de manhã para ponderar todas as ideias e decidir o que querará ou não inserir no relatório e quinta-feira, no limite na sexta-feira, fechamos este assunto. Normalmente, à sexta à tarde não costuma ser, até dados os compromissos autárquicos, a grande preferência da maioria dos Deputados.

Portanto, com esta proposta, estou a tentar um compromisso entre as várias posições, de modo a que não fiquemos enquistados naquilo que todos nós, no fundo, estávamos a defender à partida.

O Sr. **Presidente**: — Estão inscritos os Srs. Deputados Nuno Encarnação e Hélder Amaral.

Antes de lhes dar a palavra, queria dizer o seguinte: primeiro, acho que devemos arriscar o menos possível. Dado que vamos ter de fazer votações nominais, não podemos reunir em simultâneo com o Plenário, como fizemos para as audições, não o poderemos fazer, e creio que também não devemos prejudicar os grupos parlamentares. Temos aqui um líder parlamentar, temos aqui, enfim, um conjunto de Deputados cuja ausência nos grupos parlamentares seria, seguramente, prejudicial, para além de que, regimentalmente, não o deveríamos fazer.

Portanto, creio que a nossa margem de manobra, a não reunirmos hoje, seria reunirmos quarta-feira ou quinta-feira a seguir ao Plenário. Creio que sexta-feira já é muito arriscado. É muito arriscado não porque os Deputados não ficassem cá — porque, obviamente, são responsáveis e ficariam, com prejuízo de parte do seu fim de semana e do seu trabalho político —, mas porque é preciso dar tempo para que haja uma consolidação da redação final. Creio que não deveríamos arriscar.

Acho que devíamos contar com quarta-feira após o encerramento do Plenário e com a quinta-feira após o encerramento do Plenário. Creio que deveria ser essa a nossa baliza.

Sr. Deputado Nuno Encarnação, tem a palavra.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, pedia, então, o seguinte: que o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, do Partido Socialista,

nos balizasse a que horas é que entrega hoje as propostas. Presumo que será durante a parte da tarde. Ou, então, que o Sr. Presidente dissesse a hora de entrega das propostas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu diria o seguinte: acho que agora vamos ter de nos reconduzir ao Regimento, ou seja, quando iniciarmos os trabalhos — não sei se quarta-feira, se quinta-feira, veremos — vamos discutir as propostas. Os Deputados podem apresentar propostas até à última; o que não podem é, depois, suspender os trabalhos para que as propostas, mais tarde, venham a ser apreciadas.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — Mas nós apresentaremos hoje para facilitar o trabalho. Hoje à tarde, apresentamos as propostas, independentemente dessa precisão regimental.

O Sr. **Presidente**: — Vamos admitir que há um Sr. Deputado que quer fazer uma proposta já depois de a sua proposta ter sido apresentada. Todos podemos fazer propostas até ao final, é uma liberdade que não é limitável. O que não podemos é dizer: «Eu tenho aqui uma proposta e, portanto, os senhores vão ponderá-la e nós amanhã voltamos cá». Isso é que já não poderemos fazer.

O Sr. **Nuno Encarnação (PSD)**: — Sr. Presidente, contando que o Partido Socialista apresenta hoje as suas propostas e, obviamente, apreciar 20 propostas é forçosamente diferente do que apreciar — imaginemos, por exagero — 1000 propostas,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, 1000 é capaz de ser mais fácil, porque se vota por atacado.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — ... gostava, mediante aquilo que for apresentado mas reservando alguma cautela, dizer qual é a disponibilidade de agenda do nosso grupo parlamentar.

Muito embora outros grupos possam não ter disponibilidade, direi que estamos disponíveis para reunir hoje ao fim da tarde e à noite — esta disponibilidade, para nós, é efetiva — ou amanhã, quarta-feira, após o encerramento do Plenário e as 20 horas e 20 minutos, porque depois vários Deputados do nosso grupo parlamentar têm compromissos assumidos às 20 horas e 30 minutos. Mas quinta-feira da parte da manhã não nos causaria qualquer transtorno, mas entendo que já possa causar transtorno a outros grupos parlamentares que tenham reuniões. Também temos disponibilidade na quinta-feira após o encerramento do Plenário e pela noite dentro.

Agora, julgo que, de facto, era melhor precavermo-nos e terminarmos os trabalhos na quinta-feira para, depois, os serviços terem tempo de fazer todo o trabalho que é preciso na sexta-feira, porque entendo que sexta-feira é já o limite extremo de qualquer hipótese viável desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hélder Amaral tinha-se inscrito.

Tem a palavra.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria também dar nota da nossa disponibilidade.

O Sr. Deputado Relator (a quem não cumprimentei, embora o tenha feito pessoalmente noutras circunstâncias) não o disse ainda, mas, havendo já a intenção manifestada pelo Grupo Parlamentar do PCP de não apresentar qualquer proposta a não ser uma declaração de voto e estando as propostas do Bloco de Esquerda já entregues e as minhas também — e não faço tenção de acrescentar nem de retirar mais nada —, se o Deputado Relator integrar as propostas, bem como a do Partido Social Democrata, temos apenas e só que analisar as propostas do Partido Socialista. Se este partido cumprir e apresentar hoje, como dizem, as propostas, eu também estaria disponível na quarta-feira a seguir ao encerramento do Plenário e na quinta-feira até às 20 horas. Mas, a benefício da Comissão, apesar de eu ser vice-presidente da bancada, eu e o Deputado Altino Bessa não nos importamos de interromper a reunião do nosso Grupo Parlamentar, que já está marcada há tempos. Acredito que outras bancadas terão o mesmo problema, mas estou a dar conta da nossa disponibilidade. Se entenderem, quinta-feira de manhã também estaremos disponíveis para, eventualmente, marcar uma reunião.

Entendo que essa ponderação também decorrerá das propostas que o Partido Socialista apresentar e da análise como, rapidamente, as bancadas possam fazer. Se forem meras correções, se forem fáceis de discutir e de aceitar, talvez se resolva tudo na quarta-feira a seguir ao encerramento do Plenário. Ainda não saiu a agenda do Plenário, mas sei que há uma interpelação, se não me falha a memória, quinta-feira e, normalmente, as interpelações são mais curtas e os trabalhos acabam mais cedo. Portanto, teremos, porventura, na quinta-feira tempo suficiente para, a seguir à interpelação no Plenário, resolvermos o problema.

É esta a sugestão, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, uso da palavra apenas para dar nota da nossa dificuldade real em reunir na quinta-feira de manhã.

Queria também dizer que na quarta-feira o Plenário vai ser longuíssimo, vai terminar depois das 19 horas. Por isso, provavelmente, será muito difícil termos uma reunião nesse dia. Parece-me que há uma inclinação para que a reunião se realize quinta-feira a seguir ao Plenário, provavelmente por volta das 17/17 horas e 15 minutos, acabando por haver tempo até às 20 horas — são quase 3 horas — para podermos proceder aos nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Temos de encontrar aqui alguma concertação.

Da experiência que tenho, julgo que não é muito funcional segmentar. Ou seja, fazer uma hora agora, outra hora noutra dia acho que não é muito produtivo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, recorde-me por que é que não pode ser hoje.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — O PS vai apresentar as propostas no final do dia.

O Sr. **Presidente**: — De facto, o Plenário de amanhã é muito longo.

Tudo isto e ponderado, o que me parecia mais curial era reunir-nos após o Plenário de quinta-feira até terminarmos os trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, como disse e bem, sei que, às vezes, é difícil reunir-nos, ao fim e ao cabo, aos bocadinhos.

Uma vez que, hoje, estamos todos mais ou menos de prevenção, se hoje, ao fim da tarde, pudéssemos votar, pelo menos, as propostas que estão em cima da mesa dos três grupos parlamentares, faltando apenas as do Partido Socialista, que, entretanto, enviaria as suas propostas, penso que adiantávamos alguma coisa e o dia de quinta-feira não ficava tão pesado. É porque estou a ver que na quinta-feira só temos das 17 horas e 30 minutos até às 20 horas, uma vez que o Sr. Deputado Hélder Amaral só pode estar presente até às 20 horas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Queria dizer qualquer coisa sobre a metodologia, se me é permitido.

Não obstante a apresentação de propostas do Partido Socialista e a manifestação do Partido Comunista Português em não apresentar propostas e apresentar uma declaração de voto, posso já informar a Comissão de Inquérito que as propostas do CDS, do PSD e a grande maioria das propostas do Bloco de Esquerda — com reserva para três, que tenho de analisar melhor — vão ser incluídas, por mim, no relatório.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Era essa a minha dúvida em relação à intervenção do Deputado Nuno Encarnação, isto é, se as propostas forem logo inseridas pelo Deputado Relator já nem precisam de ser votadas, não é verdade? Só votaremos as propostas, específicas, que o Sr. Deputado Relator não vai incluir.

O Sr. **Presidente**: — As propostas serão votadas, se alguém pretender desagregá-las. Se o Deputado Relator tiver a iniciativa de incluir as propostas na sua proposta de relatório e se ninguém pedir a desagregação, elas são votadas como fazendo parte da proposta inicial.

*Pausa.*

Srs. Deputados, em que é que ficamos?

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Reunimos quinta-feira, à tarde.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Se for caso disso e para ajudar quer os Deputados da maioria quer o Deputado Relator, devo dizer que estamos disponíveis para, por exemplo, fazer uma reunião amanhã, a partir das 9 horas da manhã, para apresentação, a fim de ficar em *Ata*, das nossas propostas e posterior debate.

Se o Sr. Deputado Relator, hoje à noite, fizer uma análise preliminar — não são assim tantas as propostas de recomendação e de conclusão (serão bastantes, mas não terão de ser feitas de um modo tão exaustivo) — e para adiantar, reuníamos amanhã, a partir das 9 horas da manhã, antes do início das outras comissões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, sem prejuízo de querer responder-lhe a um conjunto de considerações que fez inicialmente, penso que não há necessidade, na minha perspetiva, de discutirmos as propostas do Partido Socialista só porque são entregues pelo Partido Socialista. Julgo que vamos discutir, eventualmente, propostas que não forem aceites por mim no relatório, como contraposição à minha opção de as ter inserido ou não.

Portanto, as propostas que vou inserir no relatório — no caso, como já manifestei, do CDS, do PSD e do Bloco de Esquerda —, é escusado discuti-las, a não ser que haja uma discordância profunda do Partido Socialista ou do PCP, que se absteve de apresentar proposta final. Só essas é que vamos debater, mas já enquanto relatório global. Julgo que não vale a pena fazermos uma reunião para discutir as propostas do PS, porque não o fizemos com mais nenhum grupo parlamentar.

Portanto, agora analisarei as propostas do Partido Socialista e as que eu entender integrar, integro e as que não integrar poderão ser discutidas, naturalmente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, pedia encarecidamente ao Partido Socialista que apresentasse hoje as propostas para conhecimento de todos, uma vez que é o único partido que ainda não apresentou nenhuma proposta a esta Comissão. Isto para termos tempo de

marcar, então, para quinta-feira, no final do dia, a tal reunião, porque me parece que não há outro dia em comum, ou consensual.

Contudo, acho que não é pedir muito que apresentem hoje, até ao final do dia, as propostas, tendo em conta que é o único partido que falta dar o seu contributo para o relatório final.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, conluo, então, que vamos retomar os nossos trabalhos após o Plenário de quinta-feira com o objetivo de concluir, nessa reunião, a votação do relatório.

O Sr. Deputado Sérgio Azevedo deseja ainda fazer algumas considerações.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, terei, naturalmente, de fazer algumas considerações sobre as intervenções do Partido Socialista. De resto, gostava de agradecer as manifestações dos demais grupos parlamentares e a objetividade com que encararam não só o relatório preliminar que elaborei, mas também a coerência das suas posições.

Contudo, não poderia deixar passar aqui algumas considerações do Partido Socialista que me parecem, essas sim, descabidas. Acho que o Partido Socialista, até agora, com exceção do caso da Lusoponte e das subconcessões, nomeadamente a questão da CREDIP, não faz, nesta reunião, uma avaliação criteriosa do relatório e dos factos nele apresentados. Faz, sim, uma avaliação de forma e da forma como o relatório foi apresentado publicamente.

Sr. Deputado, isso é um facto e não vou discuti-lo, mas há uma coisa que gostava de dizer-lhe em relação às considerações que teceu à minha pessoa.

Entreguei o relatório na Comissão por volta das 20 horas e 30 minutos, como a Dr.<sup>a</sup> Ana Vargas poderá confirmar. Se o Sr. Deputado for às propriedades do documento entregue na Comissão, verá que a última atualização do documento foi feita, sensivelmente, a essa hora, porque entreguei o relatório exatamente quando o terminei.

Portanto, dizer que membros da comunicação social, no dia anterior, lhe ligavam a dizer que tinham o relatório ou é ficção ou, então, tinham um relatório que não era este.

O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo afirmou que havia aqui um conjunto de conclusões que estavam previamente descritas. Acho que aquilo que já sabíamos é que o PS teria uma tendência natural para votar contra o relatório, fosse ele qual fosse, desde que fosse feito por um elemento que não do Partido Socialista. Aliás, as audições são públicas, e as atas também o são, pelo que o público pode constatar precisamente essas manifestações no decorrer dos trabalhos das audições.

Portanto, todas estas questões metodológicas que o Sr. Deputado refere são isso mesmo — questões metodológicas. O relator, como o senhor bem sabe, tem de se reportar aos factos que foram avaliados na Comissão e esses factos são os que constam do relatório e que decorrem dessa avaliação metodológica.

Gostava, ainda, de lhe dizer que tenho alguma dificuldade em entender a razão por que considera desequilibrado o relatório e, especialmente, o argumento utilizado de que o Sr. Secretário de Estado Sérgio Monteiro tem 20 páginas reservadas no relatório — confesso que não as contei — e de que um Deputado em particular, o ex-Secretário de Estado das Obras Públicas Dr. Paulo Campos, só tem 5 páginas.

Sr. Deputado, isso faz lembrar a conversa dos miúdos: «qual delas é que é a maior» ou «a minha é sempre maior que a tua». Confesso-lhe que

se houve pessoa que teve preocupação em não tornar o Sr. Deputado Paulo Campos no bode expiatório exclusivo das parcerias público-privadas fui eu, e acho que cumpri esse objetivo, apesar de reconhecer — e de o próprio o reconhecer — que tem responsabilidades factuais e políticas no processo.

Portanto, gostaria de lhe dizer que a minha disponibilidade para receber alterações é total, que esta abertura tem de respeitar o princípio da factualidade e a comprovação desta factualidade e que estou perfeitamente indisponível para fazer «jeitinhos» seja a quem for, nomeadamente, a pessoas do meu partido ou de outros partidos. Portanto, não estou disponível para fazer «jeitinhos».

Se as suas alterações forem factuais, pode contar com a minha colaboração no sentido de as integrar no relatório.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão encerrados os trabalhos.

A próxima reunião realizar-se-á quinta-feira após o Plenário.

Está encerrada a reunião.

*Eram 12 horas e 5 minutos.*

---

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.